

Vagaroso, árduo e silencioso: o racismo na experiência de trabalho de um ativista negro em São Paulo (1900-1930)

A slow and silent violence: institutional racism and a Black Activist's work in São Paulo (1900-1930)

Livia Maria Tiede*

Resumo: Este artigo emprega métodos biográficos, complementados por meio de imaginação histórica, para ilustrar as inúmeras maneiras pelas quais o racismo moldou as experiências de trabalho dos sujeitos negros na São Paulo do início do século xx. Concentrando-se na labuta de uma das principais figuras do associativismo negro, Frederico Baptista de Souza, quando primeiro ele mostra como a imprensa negra foi um órgão fundamental para se observar o racismo no mundo do trabalho. Jornalistas negros narraram os empenhos de diversos grupos —de trabalhadores domésticos a funcionários públicos— em uma época em que proliferavam os esforços para apagar as contribuições dos indivíduos negros à sociedade. Em segundo lugar, ao justapor as discussões públicas de Frederico sobre questões raciais com sua experiência pessoal de trabalho, ganhamos uma perspectiva mais completa de como o racismo afetou o trabalho de pessoas negras. Como guarda da Faculdade de Direito (FD) da cidade, Frederico era responsável por patrulhar o prédio da escola. Durante esse processo, ele encontrou diariamente os restos mortais de Jacinta Maria de Santana, uma mulher negra cujo corpo quase mumificado era exposto publicamente em uma sala de aula. Por 19 anos Frederico testemunhou como alunos e professores brancos da escola humilhavam o cadáver da mulher. O silêncio subsequente desse homem negro, pessoalmente bem-sucedido e politicamente ativo, foi intencional. As possíveis

* Graduiu-se em História pela Universidade Estadual de Campinas em 2003, obteve o título de mestre em História Social pela mesma instituição em 2006; concluiu o Ph.D. pela Rice University em 2022; é doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (2023). Atualmente, faz estágio pós-doutoral no Programa Internacional de Pós-Doutorado do CEBRAP e atua no núcleo AFRO. Suas pesquisas concentram-se em temas de História Social no Brasil e nos Estados Unidos, em uma perspectiva afro-latino-americana. Ela emprega métodos da micro-história, destacando narrativas biográficas de indivíduos negros, mobilizações, movimentos e associativismo negro, além de explorar temas como raça, racialização e racismo, especialmente na história da medicina e das exposições médicas. Além disso, busca articular imagens, gênero e a história das mulheres sob a leitura de feminismos negros e da interseccionalidade propostas por pensadoras afro-latino-americanas. E-mail: liviatiede@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0755-7018>.

represálias por desafiar esse erro eram muito graves para o jovem trabalhador negro e sua família. O relativo privilégio que ele tinha como funcionário público não o protegeria do racismo arraigado das instituições brasileiras que silenciariam reflexivamente a dissidência. Em suma, as experiências de Frederico nos permitem compreender melhor a dinâmica do racismo no âmbito do trabalho em sua época; elas também nos oferecem reflexões sobre a longa história do racismo silencioso dentro de instituições públicas no Brasil após a abolição.

Palavras-chave: jornais negros; trabalho; racismo.

Abstract: This article employs biographical methods and critical fabulation to illustrate the numerous ways racism shaped Black labor experiences in early twentieth century São Paulo. Focusing on the work of a leading Black Mobilization figure, Frederico Baptista de Souza, it first shows how the Black press was a principal organ for engaging racism in the world of labor. Black journalists chronicled the efforts of diverse groups—ranging from domestic laborers to civil servants—in a time when endeavors to erase Black contributions to society proliferated. Second, by juxtaposing Souza's public discussions of racial issues with his private work experience we gain a more complete perspective on how racism affected labor. As a security guard for the city's law school, Souza was responsible for patrolling the school grounds. During this process he daily encountered the remains of Jacinta Maria de Santana, a Black woman whose quasi-mummified body was publicly displayed in a classroom. For nineteen years Souza bore witness while the school's white pupils and professors humiliated the woman's mutilated body. The subsequent silence of this personally successful and politically active Black man was by design. The potential reprisals for challenging this wrong were too grave for the young Black laborer and his family. The relative privilege he held as a civil servant would not protect him from the deep-seated racism of Brazilian institutions that would reflexively silence dissent. In sum, Souza's experiences give us a greater understanding of the dynamics of racism in the realm of labor during his era; they also offer us insights into the long history of silent, institutional racism in post-abolition Brazil.

Keywords: Black newspapers, labor; racism

Os mundos do trabalho na imprensa negra paulista

AS DISCIPLINAS de sociologia e história, entre outras áreas afins, têm longa tradição de investigar a imprensa negra de São Paulo, especialmente aquela produzida a partir do século xx.¹ Por meio dessa fonte, alargou-se o conhecimento não apenas sobre os jornais

¹ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Brasiliense, 1971. FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1978. BASTIDE, Roger. Imprensa negra do estado de São Paulo. **Estudos Afro-Brasileiros**, v. 2, p. 50-72, 1951. MOURA, Clóvis; FERRARA, Miriam Nicolau. **Imprensa negra**. Estudo crítico de Clóvis Moura. Legendas de Miriam N. Ferrara. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/>

negros produzidos em todo o país, mas também criou-se uma maior compreensão sobre o período posterior à abolição como um todo.² Nas últimas duas décadas, diversas investigações igualmente significativas têm contribuído para integrar a ocupação desempenhada por pessoas negras após o fim da escravidão como elemento essencial da história do trabalho.³ Entretanto, de maneira geral, quando se fala da experiência de trabalho concomitante à discriminação racial⁴ acerca dos jornalistas da imprensa negra paulista, ainda há espaço para se aprofundar o debate.

Primeiro, é importante notar que o trabalho de escrever, editar, produzir e pôr em circulação os jornais escritos e lidos por pessoas de cor não se caracterizava, durante a primeira metade do século XX, em um ofício remunerado. Essa imprensa pode ser considerada, portanto, amadora, menos por seu conteúdo e qualidade editorial, mas, especificamente, pelo fato de não gerar renda. Nenhuma classe de trabalhadores envolvidos em seu processo produtivo, tais como escritores, editores, repórteres e revisores, tinham nas folhas negras o meio para o sustento ou mesmo o complemento do orçamento doméstico. Até mesmo a sua comercialização tinha limites como empreendimento econômico. Isso é notável porque o crescimento e profissionalização de uma imprensa negra comercial⁵ —em uma rápida comparação com os Estados Unidos— demonstra que além de rendimentos econômicos para comunidades vilipendiadas pelo racismo,⁶ ela também criou uma indústria própria, cujo fomento estimulou o debate entre setores divergentes das mobilizações negras.⁷

-
- moura/1984/mes/imprensa_negra.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023. DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2003. PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- 2 BUTLER, Kim. **Freedoms Given, Freedoms Won**: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998. ALBERTO, Paulina L. **Terms of Inclusion**: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011. PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Unicamp, 2018. ALBERTO, Paulina L.; ANDREWS, George Reid; HOFFNUNG-GARSKOF, Jesse (org.). **Voices of the race**: Black newspapers in Latin America, 1870-1960. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
 - 3 LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil, **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 16, n. 0, 1998. CHALHOUB, Sidney, **Trabalho, lar e boteco**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. AZEVEDO, Elciene (org.). **Trabalhadores na cidade**: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas: Editora Unicamp, 2009. TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalhadores**: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. SOUZA, Robério Santos, **Trabalhadores dos trilhos**: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863). Campinas: Editora Unicamp, 2015. TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalhadores**: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). 2012. 313 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2012. POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 307-328, 2019.
 - 4 MACHADO, Marta. Discriminação racial. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 123-129.
 - 5 CARROLL, Fred, **Race news**: black journalists and the fight for racial justice in the twentieth century. Urbana: University of Illinois Press, 2017. p. 3-13.
 - 6 GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Raça. In: RIOS; SANTOS; RATTS, op. cit., p. 290-305, ver especialmente 290 a 293 para definições de racismo.
 - 7 PASCHEL, Tianna S. Rethinking Black Mobilization in Latin America. In: DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid (org.). **Afro-Latin American Studies**. New York: Cambridge University Press, 2018. p. 222-263. GURIDY, Frank A.; HOOKER, Juliet. Currents in Afro-Latin American Political and Social Thought. In: DE LA FUENTE; ANDREWS, op. cit., p. 222-263.

A imprensa negra paulista, entretanto, foi profícua no debate e na sofisticação argumentativa, sendo capaz de manter unidos homens de cor⁸ com visões políticas e sociais diferentes, que se dedicavam a uma mesma perspectiva de equidade racial, além da busca pelo lazer e pelo deleite literário. Mesmo que não tenha se configurado como indústria desde o seu princípio, certamente estimulou jovens negros a buscar no jornalismo, e na escrita de forma geral, a possibilidade de realização profissional.

Sujeitos como Theóphilo Dias de Castro (1886-1926)⁹ —que foi redator-chefe do jornal *O Progresso* ainda em 1889, e por breve período teve um emprego na redação do jornal *Mercantil*— mantiveram relações de amizade com líderes negros mais moços, e lançaram as bases para o pioneirismo de homens negros também na grande imprensa. De uma geração posterior, o escritor Lino Guedes, por exemplo, praticou o jornalismo militante na folha *Progresso* (1928-1932), ajudou a fundar o jornal negro *Getulino* (1923-1926), de Campinas, e, ao mesmo tempo, atuou profissionalmente no *Diário de São Paulo* como revisor.¹⁰ Esse foi o caso de um autor talentoso, mas outros sujeitos habilidosos com a escrita não tiveram a mesma oportunidade.

Exercer jornada dupla no jornalismo, ou em outra função, tinha implicações práticas na vida dos sujeitos. Era comum que jornalistas negros se estendessem por longas horas fora de casa para realizar as várias tarefas dessa produção independente, da escrita à circulação, a despeito de turnos exercidos durante as horas trabalhadas para o recebimento de salário.¹¹ Aspecto que trazia consequências para as mulheres das famílias, que também se viam obrigadas a estender o tempo de cuidados domésticos sem o auxílio dos companheiros. Relatos de atas de grêmios e sociedades narram reuniões que começavam depois do expediente regular, cerca de oito horas da noite, e que se estendiam até a madrugada.¹² Essa característica tornava impeditiva a arregimentação de um grupo maior de pessoas para elaborar o material editorial. Fato é que os sujeitos que estavam por trás de cada edição dependiam de uma ampla rede de conexões, e do trabalho feminino não remunerado, para que a produção e circulação dos jornais fosse levada a cabo.

Observando em mais detalhe os jornais negros paulistanos, se verifica que diversas profissões apareciam de forma recorrente. No caso de São Paulo, a referência a operários não era constante nos jornais,¹³ ainda que, algumas vezes, menções às folhas operárias ou

8 Termo de autorreferência utilizado pela comunidade negra, especialmente até meados dos anos de 1920, que será mantido, enquanto pertinente, ao longo do artigo. Do mesmo modo, entendemos “comunidade negra”, conforme elaborado por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães: etnias ou raças que desenvolvem um sentimento de pertença comunitária, que reivindicam uma origem e um destino político comum. Ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Modernidades negras**: a formação racial brasileira (1930-1970). São Paulo: Editora 34, 2021. p. 28.

9 PINTO, op. cit., p. 280.

10 DOMINGUES, Petrônio. Lino Guedes: de filho de ex-escravo à “elite de cor”. **Afro-Ásia**, n. 41, 2010. SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Rastros do Cisne Preto: Lino Guedes, um escritor negro pelos jornais (1913-1969). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 597-622, p. 600, 2017.

11 Sociedade Cooperadora “O Clarim d’Alvorada”, ata do dia 15 dez. 1933.

12 Sociedade Cooperadora “O Clarim d’Alvorada”, ata do dia 6 out. 1931.

13 Uma exceção é a nota sobre o falecimento de um operário de uma fábrica de chapéus da Vila Prudente.

associações de artesãos fossem feitas.¹⁴ Mas as experiências de negros em outros lugares do Brasil, como demonstra a historiografia sobre associativismo negro¹⁵ de várias regiões do país, tinham ligações diretas com diversos grupos de trabalhadores, incluindo operários, tipógrafos e outras categorias laborais.¹⁶

Pode se pensar que, em São Paulo, a presença de operários negros fosse garantida em folhas especializadas da imprensa operária. Isso explica uma quase ausência de menções a operários nos jornais negros de São Paulo. No entanto, no caso paulistano, é necessário considerar como questões raciais mais pungentes entre ativistas negros e operários italianos influenciaram as formas de agir dos sujeitos. Um caso emblemático de conflitos entre indivíduos de cor e imigrantes pode ser aferido a partir da criação do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos.

Antes do Grêmio Kosmos ser fundado por sujeitos negros, em 1908, esses indivíduos eram parte de outra agremiação chamada 18 de Agosto. O Grêmio 18 de Agosto congregava homens de cor, italianos e seus descendentes, e tinha como baliza de seu estatuto que os participantes fossem “operários ou artistas”. Depois do seu primeiro ano de existência sob direção de uma chapa majoritária de italianos, os homens negros do grêmio decidiram concorrer à administração, exigindo, contudo, duas mudanças estatutárias: a primeira era de que apenas cidadãos brasileiros fossem aceitos como novos membros, excluindo, portanto, imigrantes, e a segunda era de que todas as categorias de trabalhadores fossem recebidas, e não apenas operários.¹⁷

Por trás da distinção havia um debate racial sobre pertença e solidariedade étnica,¹⁸ que se houve, se rompeu durante essa eleição. Ainda que os homens de cor

O Alfinete, 22 set. 1918.

- 14 *A Liberdade* parabenizou o primeiro ano de funcionamento do jornal *Gazeta do Operário*. **A Liberdade**, 1 fev. 1920.
- 15 SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Associativismo negro. In: RIOS; SANTOS; RATTI, op. cit., p. 46-51.
- 16 LONER, Beatriz Ana. Classe operária: mobilização e organização em Pelotas - 1888-1937. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1999. LONER, Beatriz Ana. Negros: organização e lutas em Pelotas. **História em Revista**: revista do Núcleo de Documentação Histórica, v. 5, p. 1-17, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12080/7624>. Acesso em: 21 nov. 2023. SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; SCHEER, Micaele Irene. Apresentação do dossiê Beatriz Ana Loner: Mundos do Trabalho e Pós-Abolição. **Mundos do Trabalho**, v. 11, p. 1-4, 2019. ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição (1884-1918). 2014. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/928870>. Acesso em: 21 de nov. 2023. SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2011. p. 91-99 e 163-237. ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição (1884-1918). 2014. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2014. p. 163-175 e p. 186-191. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/928870>. Acesso em: 21 nov. 2023. PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (c.1892-c.1911). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. p. 133-191. RASCKE, Karla Leandro. **Entre a caneta e o pandeiro**: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis – SC (1920 a 1950). 2018. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 59-60.
- 17 Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto. 27 out. 1908. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163.
- 18 Há um grande debate sociológico sobre as definições de etnicidade, justamente por se tratar de um termo escorregadio que se confunde com raça, pelos sentidos amplos relacionados a identidade e pertencimento. Maurício Acuña, baseado em Weber, afirma que podemos entender uma definição de etnia para o começo do século XX como “[...] etnia viria a caracterizar aquelas coletividades que não fossem entendidas sob noções de nação e raça, ganhando, no começo do século XX, um sentido mais claro de grupos que fomentam uma

tenham vencido o pleito, os ítalo-brasileiros deram um golpe e registraram o velho estatuto como corrente, simplesmente ignorando a nova chapa eleita. Dessa maneira, todo o grupo dos homens de cor saiu do Grêmio 18 de Agosto e criaram o Grêmio Kosmos, uma agremiação exclusiva para gente de cor, onde indivíduos de quaisquer profissões eram aceitos, e não apenas operários.¹⁹ Além de conflitos étnicos, os problemas entre brasileiros negros e operários italianos também eram de classe. As oportunidades de trabalho entre negros e brancos, nacionais e estrangeiros, virou, portanto, argumento para a restrição nas agremiações, já que o acesso aos melhores postos profissionais não se dava de maneira equivalente entre negros e brancos.²⁰

Na primeira década do 1900, é perceptível que a diferença entre categorias e possibilidades de trabalho era intensificada pelas vantagens atribuídas aos europeus e descendentes.²¹ Essa discrepância que se estendeu ao associativismo impeliu novas formas de organização que podiam ampliar o pertencimento de trabalhadores, incluindo em um mesmo grupo operários, trabalhadores domésticos, funcionários públicos, militares e toda a sorte de pessoas empregadas em situação informal, pois a articulação da raça, nesse caso específico, era mais pungente que a conjuntura de classe.

A discriminação racial,²² que esteve no cerne na criação do Grêmio Kosmos, faz refletir sobre como outras categorias de trabalhadores negros enfrentaram o racismo referente às possibilidades de trabalho. Para tanto, se faz necessário rever quais trabalhadores eram especialmente mencionados na imprensa negra paulista. Os anúncios de serviços indicam caminhos para entendermos melhor as possibilidades profissionais de indivíduos negros. Costureiras, tipógrafos, advogados, dentistas e médicos anunciaram suas artes na imprensa negra. Obviamente, não se deve supor imediatamente que eram todos negros, de forma que uma pequena investigação biográfica dos indivíduos por detrás dessas publicidades seja necessária.²³

crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças da colonização e imigração, sem que para isso tenha que haver uma comunidade de sangue necessariamente". Por essa razão, os conflitos entre homens de cor e italianos, que a princípio poderiam ser definidos por pertencimentos de raça e nação, ao buscarem solidariedade no associativismo, acabaram por se enquadrar como uma "afirmação de pertencimento coletivo" mais ligada a ideia e etnicidade. ACUÑA, Mauricio. Etnicidade. In: RIOS; SANTOS; RATTS, op. cit., p. 138-142.

19 Ver entre outros: SIQUEIRA, Uassyr de. **Entre sindicatos, clubes e botequins**: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920). 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Unicamp, Campinas, 2008. p. 104-124.

20 WEINSTEIN, Barbara, **The color of modernity**: São Paulo and the making of race and nation in Brazil. Durham: Duke University Press, 2015. p. 32-68, 71-110.

21 ALBERTO, op. cit., p. 55-68.

22 GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Raça. In: RIOS; SANTOS; RATTS, op. cit., p. 290-305.

23 RENDERS, Hans; DE HAAN, Binne; HARMSMA, Jonne. The Biographical Turn: Biography as critical method in the humanities and in society. In: **The Biographical Turn**: Lives in History. London/New York: Routledge, 2017. p. 4. LINDSAY, Lisa A.; SWEET, John Wood (ed.). **Biography and the Black Atlantic, Early Modern Americas**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014. 4-14. Ver também: LORIGA, Sabina; SCHEIBE, Fernando. **O pequeno x**: da biografia a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. RENDERS, Hans; HAAN, Binne De. (ed.). **Theoretical Discussions of Biography**: Approaches from History, Microhistory and Life Writing. Leiden/Boston: Brill, 2014. RENDERS; HAAN, op. cit., p. 222-226. OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Quem tem medo da ilusão biográfica?** Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi**, Rio de Janeiro, 18, n. 35, jul. 2017. p. 429-46. DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, Rio de Janeiro, 10, n. 19, p. 7-16, dez. 2009.

O cruzamento de menções nas folhas negras com outros documentos certifica a pertença racial dos indivíduos. Como exemplo, o senhor Vitaliano Carvalho Silva anunciava seus serviços como um alfaiate que trabalhava a preços módicos, e apenas essa informação não nos leva à conclusão sobre a cor de sua pele. Mas, ele também foi integrante da Sociedade Cooperadora “O Clarim d’ Alvorada”, o que então confirma a hipótese de sua pertença racial, porque essa cooperativa era exclusivamente negra. Os documentos da Sociedade Cooperadora “O Clarim d’ Alvorada” relevam ainda outros sujeitos da comunidade que foram empresários, como o senhor Levy A. Santos. Ele foi o proprietário de uma bem-conceituada farmácia chamada S. Benedicto. A botica ficava na rua Amaral Gurgel, na Vila Buarque, e funcionava como ponto de encontro e conversa para homens de cor.²⁴

Profissionais liberais apareciam nas folhas de cor para além de médicos negros nacionalmente famosos, como Juliano Moreira (1873-1933) e juristas de renome como Evaristo de Moraes (1871-1939). Em uma contenda entre o *Clarim da Alvorada* e o jornal *Folha da Manhã*, no começo da década de 1930, fala-se de um informante médico “da cor de azeviche”, e residente em São Carlos do Pinhal, de nome Álvaro Magalhães, que havia sido membro ativo dos clubes negros paulistanos.²⁵

Mas todos esses exemplos pontuais não tratam necessariamente do sofrimento causado pelo racismo especificamente nos mundos do trabalho. As denúncias de racismo existiram na imprensa negra,²⁶ mas geralmente não vinham acompanhadas designadamente de narrativas sobre disputas profissionais. A principal razão para isso, seguramente, não foi a ausência de discriminação nos ambientes de trabalho. O silêncio, nesse caso, se configura como uma estratégia de resistência. A escolha sobre onde e como narrar conflitos étnicos e profissionais incidia em uma camada a mais de proteção contra abusos e reincidências de discriminação que, no limite, poderiam certamente levar à perda do emprego e do sustento dos indivíduos e de suas famílias.

Um exemplo pode ser encontrado em uma notícia, de 1907, veiculada no jornal *O Comércio de São Paulo*. A matéria apócrifa e sem título corroborava, com indignação, outro artigo publicado pelo *Jornal do Brasil*, que narrava o “revoltante preconceito de cor” da Liga Metropolitana de Sports Atléticos, que havia proibido esportistas negros de serem admitidos no clube. Para justificar a revolta contra a infâmia, o jornal afirmava que os homens de cor podiam exercer quaisquer funções no Brasil, e que a discriminação

24 As propagandas da Farmácia S. Benedicto apareceram em vários números do *Clarim*, como exemplo, na edição de 23 ago. 1930. Outros estabelecimentos também publicavam anúncios, no entanto, no caso de Levy A. Santos, sabe-se tratar de um homem de cor por sua intensa participação na Sociedade Cooperadora “O Clarim d’ Alvorada”, como consta de várias atas.

25 A IRONIA de um Congresso Reconstituição de fatos e de fins - O Professor Vicente Ferreira mostra-se pessimista. *Folha da Manhã*, 16 jan. 1930.

26 LUCINDO, William Robson Soares. **Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século xx.** 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. p. 77-79

sofrida pelos atletas que pleiteavam atuar na Liga não estava de acordo com “os moldes democráticos do regime igualitário em que vivemos”. Para que não houvesse dúvidas, a matéria enunciava profissões nobres desempenhadas por sujeitos negros, como segue abaixo:

“O homem de cor pode ser médico, advogado, artista, engenheiro, militar, intendente, deputado, senador, remeiro, negociante, ciclista, tudo, menos sócio de um clube de futebol.”

De acordo. Todas as profissões nobres podem ser exercidas sem distinção pelos homens de cor, e brancos há que se envergonham de não poder imitar os chamados filhos de Cã, apesar de trazerem nas veias sangue azul, afidalgado!²⁷

Pedagógico, o artigo explica para o leitor que esses trabalhos poderiam e eram desempenhados por homens negros, mas a própria necessidade de elucidação sugere que os leitores brancos não estavam cientes da premissa. Se o genérico homem de cor podia e era ator das mais nobres profissões, seguramente ele também passava por todo tipo de abuso e preconceito, tanto quanto os atletas que buscavam colocação na Liga Metropolitana. A insistência em demover o racismo, como de costume, buscava em sua negação a remissão de sua existência.

Desse modo, pode-se dizer que também o silêncio como veículo de proteção era implícito nas folhas da imprensa negra. As profissões apareciam quando podiam confirmar aspectos de honradez e respeitabilidade, caso contrário, se a função não atribuísse qualidade óbvia e proteção contra a discriminação, não havia razão para que fosse articulada. Tal característica é muito aparente quando se tratava de agentes públicos, ou seja, servidores civis e militares. No geral, as folhas traziam menções indeterminadas, tais como “empregado” ou “funcionário”, sem denominar exatamente qual posição o sujeito ocupava na instituição pública. De acordo com as memórias de José Correia Leite, o acesso ao funcionalismo público entre sujeitos de cor em São Paulo dificilmente ultrapassava cargos de baixo escalão. A bem conhecida passagem citada abaixo, que registra suas lembranças ao se deparar com um baile de gente negra organizado pelo clube Elite Flor da Liberdade, reforça essa ideia.

Era bonito ver as negras de saias-balão, redondas, engomadas. Cada uma queria ser mais vistosa que as outras. Muitas eram cozinheiras em casas de famílias importantes. Os homens também procuravam se trajar bem, e alguns tinham uma boa situação social. Mas era questão de ser chofer, cozinheiro ou funcionário público (situação que dificilmente passava de contínuo).²⁸

As palavras de Leite fazem entender que o acesso ao funcionalismo público para os sujeitos de cor não chegava, ou raramente dava condições de elevação social. Mesmo assim, o destaque dado aos indivíduos que de alguma forma eram agentes públicos faz parecer que a comunidade no entorno dos jornais da imprensa negra era composta majoritariamente por

27 S/TÍTULO (Proibição de homens de cor em um clube de futebol). **O Comércio de S. Paulo**, 22 maio 1907.

28 LEITE, José Correia. ... **E disse o velho militante José Correia Leite** ... São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

essa classe de trabalhadores. Talvez a conta seja menor em quantidade e mais abrangente em qualidade. O trabalhador negro que tinha a oportunidade de se tornar empregado público estava, de muitas formas, mais protegido contra o racismo, na medida em que havia uma intenção da sociedade brasileira em se demonstrar democrática e igualitária.

A busca pelo emprego público tinha —e ainda tem— muitas variantes de proteção, como estabilidade funcional e econômica, crédito financeiro, benefícios como férias, dissídios e salário, ao menos, assegurado. Mas esses direitos, garantidos ou imputados aos servidores da nação, por melhores que fossem, não eram suficientes para proteger indivíduos negros do vagaroso, longo e árduo racismo institucional,²⁹ como será exposto a partir de uma das violências raciais que o ativista Frederico Baptista de Souza sofreu durante anos em que atuou na Faculdade de Direito (FD) do Largo São Francisco, que hoje em dia faz parte da Universidade de São Paulo.

Um servidor público negro durante o pós-abolição em São Paulo

DENTRE AS CATEGORIAS de funcionários públicos, há referências na imprensa negra a funcionários da instrução pública, professores e professoras, empregados de repartições públicas em geral, na companhia telefônica, empregados em oficinas da Central do Brasil, funcionários da secretaria de Justiça, empregados municipais, trabalhadores da Saúde, dos Correios, no *Diário Oficial* do Estado, funcionários da Faculdade de Medicina e, a exemplo de Frederico Baptista de Souza, servidor da Faculdade de Direito.³⁰ Outro modelo de agentes públicos prestigiados diz respeito aos indivíduos que seguiram a carreira militar, como sargentos, coronéis e soldados, que eram parabenizados quando subiam de patente, mudavam de setor ou cidade.³¹ Contudo, no caso específico do Brasil, nota-se que, entre 1900 e 1920, o setor do serviço militar foi o que mais cresceu dentro do que era considerado funcionalismo público, e esse aspecto pode ter sido decisivo na maior presença de trabalhadores no setor nas folhas dos jornais negros.³²

É notável que em folhas negras como *O Alfinete*, *A Liberdade*, *O Kosmos* e o *Clarim*, as referências aos trabalhos desempenhados pelos membros da comunidade dos homens de cor davam destaque e prestígio aos sujeitos que eram empregados públicos nos mais diversos setores. Por isso, a experiência de vida de Frederico Baptista de Souza (1875-

29 VINUTO, Juliana. Racismo Institucional. In: RIOS; SANTOS; RATTS, op. cit., p. 301-305.

30 **Menelik**, 17 out. 1915. **O Bandeirante**, set. 1918. **A Liberdade**, 14 jul. 1919. **Elite**, 20 jan. 1924. **Elite**, 17 fev. 1924. **Kosmos**, 4 abr. 1920. **Kosmos**, jan. 1923. **Kosmos**, 15 mar. 1923. **Kosmos**, 18 abr. 1923. **Kosmos**, 18 maio 1924. **Kosmos**, 21 dez. 1924. **Kosmos**, 21 dez. 1924. **Kosmos**, 21 dez. 1924. **Kosmos**, 25 jan. 1925. **Clarim**, mar. 1935. Ver também, PERUSSATTO, op. cit., p. 131.

31 **O Kosmos**, 20 set. 1924. Até fins do século xx, militares eram considerados “servidores militares”, em contraposição aos “servidores civis”. Eles passam a não ser mais funcionários públicos a partir da Emenda Constitucional n. 18, de 5 de fevereiro de 1998, em que se estabeleceu que os militares constituem uma categoria única.

32 CARDOSO JR., José Celso. **Burocracia e ocupação no setor público brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. v. 5, p. 41.

1960), jornalista da imprensa negra e líder do Grêmio Kosmos, que serviu à Faculdade de Direito (FD) da USP por mais de 40 anos, auxilia a pensar como a vivência do racismo e da discriminação permeou a trajetória de agentes públicos negros.

Frederico foi editor, diretor e publicou cerca de 50 artigos de opinião em vários títulos da imprensa negra paulistana. Seus textos versavam sobre elevação, respeitabilidade, moralidade, comportamento, artes, associativismo, religiosidade, leis imperiais —como a do Ventre Livre—, política partidária, solidariedade, serviço militar e preconceitos de cor entre pessoas negras de pele clara e pele escura, entre tantos assuntos que permearam a sua experiência de jornalista negro. Mas, em diversos momentos, o líder do Grêmio Kosmos escreveu sobre a vivência do trabalho em sua comunidade. Por meio de pseudônimo, ele abordou temas polêmicos como o exercício do trabalho sexual entre mulheres da comunidade negra de São Paulo.³³ E, especialmente, através da escuta da fala de mulheres que circulavam nos clubes e sociedade negras, ele foi capaz de detalhar e explicar as precárias condições das trabalhadoras domésticas, dedicando-se a criar ferramentas intelectuais para que elas tratassem de questões como benefícios e aposentadoria diretamente com suas patroas.³⁴

Obviamente que em mais de 40 anos de trabalho dedicado à FD, Frederico presenciou situações escabrosas relacionadas à discriminação racial no local. Nesta parte do artigo aqui presente, a ideia é tratar de uma delas em particular: Frederico adentrou as arcadas da FD em 1900, mesmo ano em que Jacinta Maria de Santana, uma mulher negra, foi mumificada e colocada em exibição em uma sala de aula da instituição por quase 30 anos. Assim, uma pergunta que norteia essa investigação é sobre como a violência da presença dos restos mortais de uma mulher negra influenciou as práticas do funcionário e do ativista Frederico.

Isso não significa dizer que essa foi a única relação problemática entre o trabalho de Frederico e as questões étnico-raciais dentro da FD. No final de sua carreira, Frederico foi impedido de se aposentar por um erro burocrático ocorrido entre a passagem da FD de uma instância federal para a estadual.³⁵ Essa querela implicou diretamente no salário que ele recebia e em sua aposentadoria, que ficou congelada por mais de uma década. Outros indivíduos passaram por situação semelhante no mesmo período, e ainda, outros sujeitos negros, funcionários de diversas áreas da FD, viveram situações de desrespeito e desonra em que a discriminação racial pode ser aferida em seus anais de trabalho.³⁶

Contudo, ao se observar os registros trabalhistas de Frederico, se destaca o desempenho acima da média, de quem não faltava ou tirava licenças, mas que teve relativamente poucos aumentos salariais, e a quem foram ofertadas apenas duas

33 MATUTO, Vagando. **A Liberdade**, 12 out. 1919.

34 SOUZA, Frederico. Não Querem Trabalhar. **O Kosmos**, 16 nov. 1924.

35 CARDOSO JR., op. cit., v. 5, p. 39-40.

36 VALLE, Franco Della, **A construção da autoridade de jurista**: Cesarino Junior, a Faculdade de Direito da USP e o Direito do Trabalho (1938-1976). 2021. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

promoções. Portanto, a sua longa carreira nessa instituição pública exhibe nuances, e aprofunda as noções sobre como foi a experiência de trabalho nos setores públicos para homens negros após a abolição. O quanto a cor de sua pele, seu envolvimento com agremiações de cunho racial e posicionamento étnico-político implicou nessa lenta ascensão profissional, é uma das reflexões que este artigo pretende levantar.

Como apresentado por Thales de Azevedo, para o caso de Salvador, na Bahia, sujeitos negros alcançavam contratação no serviço público por meio de indicações com mais facilidade do que eram admitidos para o comércio.³⁷ Mas, o emprego público não estava disponível para todos. Para conseguir um trabalho nessa área, era necessário contar com a recomendação de algum notório, que lhe afiançaria a boa índole e execução do serviço.³⁸ Saber ler e escrever e ter domínio de signos da cultura dominante, como conhecimentos de literatura e artes, também era uma vantagem, até mesmo para empregos de baixo reconhecimento social.

Os servidores desse setor beneficiavam-se de estabilidade empregatícia, o que correspondia à confiança financeira, possibilitando crédito para compras e fiança para imóveis. No Brasil, houve uma tradição de se estimular o crédito financeiro apenas ao mundo corporativo, relegando empréstimos às camadas mais desfavorecidas da população às práticas informais, ou a caprichos e flutuações do mercado econômico.³⁹ Como os indivíduos de cor não contaram com ajustes legais para os proteger ou estimular para o estabelecimento financeiro na sociedade após a abolição, o emprego público, além do salário, possibilitava uma camada a mais de assistência econômica.

Frederico Baptista de Souza iniciou sua trilha no funcionalismo público na FD como guarda, um cargo baixo. Contudo, ele não ficou a vida toda nessa mesma função e subiu de posição duas vezes, chegando ao posto de escriturário, possivelmente vindo a ser o responsável pela documentação produzida no gabinete do reitor. Essa conquista não era de pouca monta: Frederico foi honrado com muitos elogios na imprensa negra, justamente por ter alcançado essa ascensão. Seu empenho no serviço foi notado nos jornais onde seu nome aparecia continuamente ligado à escola do Largo São Francisco.

Sua pasta de trabalho, presente dentre os documentos do Museu da Faculdade de Direito, traz informações preciosas para se entender as possibilidades de acesso ao trabalho remunerado para indivíduos negros e urbanos após a abolição.⁴⁰ Em 28 de março de 1900, aos 25 anos de idade, Frederico foi contratado pelo diretor dr. Barão de Ramalho para ser guarda da Escola de Direito e fazer a ronda do prédio. Mas sua vida profissional

37 AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor**: um estudo de ascensão social. São Paulo: Nacional, 1955. p. 95.

38 CARDOSO JR., op. cit., p. 36.

39 HANLEY, Anne G. **Native capital**: financial institutions and economic development in São Paulo, Brazil, 1850-1920. Stanford: Stanford University Press, 2005.

40 Todos os documentos constam na pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza. Seção do Museu da Faculdade de Direito. Trata-se de manuscritos e alguns documentos datilografados, com paginação e datas diferentes entre si. Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza.

começou bem antes do registro feito pela FD. É importante notar que esse não foi o seu primeiro emprego formal. Frederico tinha atuado como ajudante de escrivão de paz, entre 1895 e 1899, na cidade de Taubaté, onde nasceu.

Seu padrinho e tutor, Manoel de Vaz Toledo Júnior, era o juiz de órfãos dessa cidade no Vale do Paraíba. Ele tinha trânsito com gente poderosa, sendo filho de um rico político e fazendeiro. Mas Manoel foi também, de certa maneira, acessível a pessoas desfavorecidas socialmente, pois era procurado por mães escravizadas que desejavam interceder em favor da educação de seus filhos nascidos de “ventre livre”.⁴¹ Por meio da influência desse padrinho, Frederico fez o “curso primário”, seu único grau de educação formal de que se tem registro.

Evidentemente que passaram apenas 12 anos do fim do cativeiro, para quem como Frederico cuja mãe tinha sido uma mulher escravizada, e ele mesmo tinha sido liberto pela Lei do Ventre Livre, possuir o curso primário não era banal.⁴² Além de letrado e experiente no trabalho cartorial, Frederico trabalhou quando adolescente como voluntário na Associação Artística e Literária de Taubaté, que ministrava acesso a artes da leitura e da escrita aos estudantes do Instituto Taubateano.⁴³ Essa experiência o marcou para a vida: ele foi um homem que cultivou a leitura, insistiu na importância de se obter educação e, sempre que tinha oportunidade, reforçava o grande apreço que sentia pelas artes.

Desse modo, pode-se questionar por que um jovem educado e talentoso, polido pela elite de Taubaté, e que tinha experiência no serviço administrativo, foi contratado como guarda pela FD de São Paulo, e não para uma colocação que exigisse mais cultivo intelectual. Um apontamento de seus descendentes abre algumas possibilidades interpretativas: apesar de muito magro, Frederico era bastante alto e ultrapassava 1,80 m de altura.⁴⁴ Ser um homem negro, jovem e “grande” deve ter contado mais na hora do contrato do que suas próprias habilidades e trajetória de trabalho. A indicação do padrinho influente o levou até o funcionalismo público, mas o racismo das instituições determinou que qualidades físicas tinham mais valor do que seu talento acadêmico.

Mesmo assim, do ponto de vista econômico, o emprego de guarda não era nada mal em comparação com o pagamento feito para outros serviços. Em 1900, Frederico entrou na instituição recebendo 166 mil réis por mês. Esse salário era maior que a renda média de um operário, que no mesmo período podia ganhar entre de 2 a 4 mil réis por dia, e que por mês

41 PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. **Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté**. São Paulo: Annablume, 2003. p. 119-140.

42 MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2017.

43 Em 1896, Frederico assinou a nota dessa associação para o jornal *O Comércio de São Paulo*, em homenagem ao recém-falecido maestro Antônio Carlos Gomes. ANTÔNIO Carlos Gomes. **O Comércio de S. Paulo**, 10 out. 1896. Para saber mais sobre o Instituto Taubateano, ver: SOTO, María Cristina Martínez. **Pobreza e conflito: Taubaté, 1860-1935**. São Paulo: Annablume, 2000.

44 ANDRADE RAMOS, Nancy Baptista. **Nancy Baptista Andrade Ramos**. Entrevista cedida ao autor. São Paulo, 4 mar. 2021.

gerava entre 60 e 120 mil réis.⁴⁵ Todavia, apesar de esse ser um salário razoável, Frederico não tinha exatamente uma vida confortável.

Pai de uma família em que nasceriam ao todo quatro crianças, junto da esposa Luiza (de Moura Baptista) e dos filhos, Frederico moraria por mais de uma década em uma casa alugada na parte baixa do bairro da Liberdade.⁴⁶ A habitação que ficava na rua da Fábrica —atualmente chamada de rua Sinimbu— era compartilhada com outras pessoas de fora da família.⁴⁷ O local padecia de enchentes, acúmulo de lixo, violência urbana, falta de luz e de saneamento.⁴⁸ Mas, por se tratar de um território negro, congregava pessoas em situação semelhante, onde a solidariedade podia trazer consolo.⁴⁹ De frente a sua moradia ficava a Associação 28 de Setembro de São Paulo, onde ele atuou como repórter, sociabilidade que favorecia a permanência.⁵⁰ O local também facilitava o deslocamento diário do guarda Frederico, pois ficava a cerca de um quilômetro e meio do Largo São Francisco.

Depois de uma década de trabalho na FD, Frederico comprou um terreno e construiu uma casa de dois cômodos na Lapa, bairro que ainda não fazia parte do perímetro urbano da cidade.⁵¹ A família não morou nessa casinha e, a partir de 1914, eles mudaram constantemente de endereço, ainda que tenham persistido em ficar entre as ruas centrais da cidade. Apenas em 1921, os Baptistas se fixaram em uma casa própria, no bairro da Penha de França, outro território negro paulistano, onde parte dos descendentes de Frederico vivem até os dias de hoje. Antes disso acontecer, contudo, Frederico teria sua primeira promoção no trabalho. Em 1919, após quase duas décadas fazendo ronda nos corredores das arcadas, Frederico foi elevado à categoria de amanuense. Esse cargo dizia respeito a quem registrava cópias à mão de documentos importantes, e era, portanto, mais condizente com a sua experiência e educação.

A promoção tardou e muito, considerando que ele era um empregado comprometido com o desempenho exemplar. Uma única falta justificada, mas não elucidada, apareceu em seus registros. Ponderando que a família perdeu uma das filhas,⁵² provavelmente nos meses

45 CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 154. Para valores de salários de operários no Rio de Janeiro, ver também, LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia - RBE**, v. 25, n. 4, p. 255-256, 1971. Para cálculos de outros salários no Rio de Janeiro, ver dos mesmos autores: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; CANAVARROS, Otavio; ELIAS, Zakia Feres. Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930. **Revista Brasileira de Economia - RBE**, v. 27, n. 4, p. 129-176, p. 172-173, 1973.

46 **Almanaque Laemmert**: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940, p. 2.066, 1905; Ibidem, p. 4.338, 1911.

47 BRIGA de rua. **Comércio de S. Paulo**, 4 abr. 1904.

48 PROPOSTA de iluminação feita por Hipólito Luís. **O Comércio de S. Paulo**, 1906. GUARDAfreio da companhia sorocabana, que morava a rua da fábrica 40, atacou outro a navalhada. **O Comércio de S. Paulo**, 14 fev. 1902. FULIGEM de chaminés, princípio de incêndio, rua da Fábrica. **O Comércio de S. Paulo**, 1 abr. 1903. MAU cheiro. **O Comércio de S. Paulo**, 31 maio 1905.

49 ROLNIK, Raquel, **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

50 SOCIEDADE Beneficente 28 de Setembro. **O Comércio de S. Paulo**, 7 jan. 1905.

51 Arquivo Municipal Washington Luís, **O.P.** 1910, 001 531, folha 1. Sobre o poder de compra e regularização de propriedades pelos indivíduos mais pobres, ver: ROLNIK, op. cit., p. 60.

52 SOUZA, Anatolina Baptista de. **Brazil Baptisms, 1688-1935**. Disponível em: FamilySearch. Acesso em:

da epidemia de H1N1 (i.e., gripe *hspanhola*),⁵³ não é distante imputar que o luto foi o fator para o seu breve afastamento das obrigações. Mas, finalmente, depois da peste, dos anos de guerra, das crises econômicas e das greves de operários que marcaram a cidade no final dos anos 1910, as coisas melhoraram um pouco: a nova posição na FD trazia consigo um salário bem mais expressivo, de 300 mil-réis mensais.

O ano de 1919 foi também crucial para a imprensa negra paulistana, pois foi quando títulos como *A Liberdade*, *O Alfinete* e *O Bandeirante*, nos quais Frederico teve papel decisivo, ganharam robustez e existiram concomitantemente. É de se refletir que a melhora da vida econômica de indivíduos da comunidade negra implicou no aprimoramento da produção de jornais. É na edição de 11 de setembro, da folha *A Liberdade*, que Frederico recebe os cumprimentos dos amigos pelo novo cargo como amanuense.

Nesse mesmo número, um Frederico maduro, no auge de seus 44 anos, escreveu artigo relatando as emoções das festas e cumprimentos recebidos por associações e indivíduos que partilhavam da importância de ele ascender ao novo cargo. Especialmente, ele se lembrou de agradecer àqueles que o impulsionaram, como o antigo professor de Taubaté, Antônio José Garcia, e seu falecido e “chorado” padrinho, Manoel Vaz de Toledo Junior.⁵⁴ Uma menção genérica foi feita aos chefes da FD, sem citar posições ou mesmo o nome da faculdade, como segue no parágrafo abaixo:

O posto de destaque que consegui alcançar devo a Deus, aos conselhos salutaros e à benevolência dos meus chefes; são essas as fontes que venho dia a dia bebendo as inspirações de modéstia que todo homem deve trazer desde o berço.⁵⁵

Seria proveitoso saber quais conselhos Frederico recebeu dos chefes, e como eles lhe auxiliaram a finalmente ser reconhecido para uma colocação melhor. A palavra “benevolência” pode ter sido usada como artifício de formalidade, mas, por outro lado, sugere que ele se sentia modestamente confortável com o tratamento despendido pelos administradores, ao menos, quando alcançou uma tão demorada promoção.

O chefe que nomeou Frederico amanuense, depois de 19 anos de trabalho, foi um diretor-interino da FD, professor universitário e médico-legal, talvez tão conhecido nos dias de hoje quanto fora no início do século passado, Dr. Antônio Amâncio Pereira de Carvalho.⁵⁶

7 out. 2020.

53 BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma**: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 90-173. GAMBLE, Vanessa Northington. There Wasn't a Lot of Comforts in Those Days: African Americans, Public Health, and the 1918 Influenza Epidemic. **Public Health Reports**, v. 125, n. Suppl. 3, p. 114-122, 2010. HUMPHRIES, Mark Osborne. Paths of Infection: The First World War and the Origins of the 1918 Influenza Pandemic. **War in History**, v. 21, n. 1, p. 55-81, 2014. JONES, Esyllt Wynne. **Influenza 1918**: disease, death, and struggle in Winnipeg, Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 2007. ØKLAND, Helene; MAMELUND, Svenn-Erik. Race and 1918 Influenza Pandemic in the United States: A Review of the Literature. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 14, 2019.

54 SOUZA, Frederico Baptista de. A meus amigos. **A Liberdade**, 11 set. 1919.

55 Ibidem.

56 Dr. Amâncio de Carvalho. Documentos de aposentadoria, Museu e Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo da Universidade de São Paulo. Veja também: Dr. Amâncio de Carvalho.

A razão da fama de Amâncio de Carvalho não é das mais singelas. No ano de 1900, quando Frederico adentrou os quadros da FD, a polícia da cidade concedeu ao médico higienista o corpo de uma jovem recém-falecida. Jacinta Maria de Santana era seu nome, e ela havia sido encontrada sem vida em uma rua de São Paulo e encaminhada para a Santa Casa de Misericórdia já morta. A causa de sua morte bem como dados mais aprofundados de sua biografia ainda são um mistério, já que poucas instituições estão dispostas a auxiliar os pesquisadores a entender os segredos em torno desse caso.⁵⁷ O que se sabe com certeza é que além de muito jovem e mulher, ela era uma pessoa negra.

O cadáver de Jacinta foi embalsamado pelo médico Amâncio de Carvalho para ser usado em exposições científicas e em aulas de medicina pública na FD. Contudo, o seu corpo foi exposto primeiro na tabacaria Gomes, que ficava na região do triângulo, um lugar elegante do centro da cidade de São Paulo.⁵⁸ O público ficou surpreso com a exótica aparição de um cadáver de uma mulher de cor na vitrine de charutos e cigarros, e houve muita repercussão em todo o Brasil, incluindo análises negativas sobre a postura de Amâncio frente à “experiência científica”.⁵⁹ O médico defendeu-se dizendo que o experimento tinha grande valor para a pesquisa brasileira. Mas, não explicou o porquê de expô-la em lugar tão pouco adequado, e omitiu o motivo para chamá-la de múmia, já que o processo empregado para a conservação do cadáver era um embalsamamento.⁶⁰ Da tabacaria, o corpo da moça foi levado a sala número sete da FD, a classe onde Amâncio ministrava as aulas de medicina legal. Por 29 anos o cadáver de Jacinta permaneceu nesse local. Essa mesma sala foi nomeada como “Amâncio de Carvalho”, em homenagem aos serviços prestados pelo médico à faculdade, depois que ele faleceu em 1928.

Quando Amâncio morreu, houve uma manifestação de seus familiares, de estudantes de Direito e indivíduos do associativismo negro para dar sepulcro a Jacinta.⁶¹ Depois de enterrada, a história de Jacinta permaneceu mais ou menos esquecida, lembrada em ocasiões especiais, quando algum ex-estudante a trazia em suas memórias para aferir o inusitado dos tempos idos. Recentemente, entretanto, esforços de pesquisadores,

O Arquivo Ilustrado: enciclopédia noticiosa, científica e literária. a. 1, n. 15. abr. 1900, p. 1-2. Sobre a produção acadêmica de Amâncio, ver: CARVALHO, Amâncio de. Medicina Pública: Docimasia femuro-epifisaria. **Revista da Faculdade de Direito**, p. 41-47, 2 ago. 1901. CARVALHO, Amâncio de. Medicina pública: afogamento. **Revista da Faculdade de Direito**, p. 83-86, 1 maio 1907. CARVALHO, Amâncio de. O crime de Sorocaba. **Revista da Faculdade de Direito**, p. 38-63, 21 out. 1899. CARVALHO, Amâncio de. Medicina pública: a morte súbita. **Revista da Faculdade de Direito**, p. 7-11, 4 jul. 1902. CARVALHO, Amâncio de. Medicina pública: ligeira contribuição para a Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, elaborada em homenagem à comemoração do centenário da Independência do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, p. 112-127, 22 fev. 1922.

57 Suzane Jardim e Daniel Salomão Roque publicaram, em 2021, uma matéria no portal *Ponte* apresentando a história da exposição e mumificação do corpo. De acordo com suas pesquisas, Jacinta foi levada para a Santa Casa de Misericórdia. Tentamos várias vezes, sem sucesso, conseguir acesso aos mesmos documentos na Santa Casa de Misericórdia, mas até o presente momento o museu afirma que os ditos documentos não estão lá.

58 TELEGRAMAS (à última hora). **Gazeta de Notícias**, 3 dez. 1901.

59 SILVEIRA, Xavier da. A múmia. **O Comércio de S. Paulo**, 12 dez. 1901.

60 CARVALHO, Amâncio de. Embalsamamento. **O Comércio de S. Paulo**, p. 1, 1902.

61 RAYMUNDA: Em homenagem aos pretos de S. Paulo, o Dr. J. Pires do Rio, prefeito da Capital, concedeu à múmia da Faculdade, sepultura perpétua, no Cemitério S. Paulo. **Progresso**, 23 jul. 1929.

jornalistas e estudantes levaram essa narrativa ao conhecimento do público contemporâneo. Depois de algumas idas e vindas, a faculdade resolveu retirar a placa em frente à sala de aula que homenageava Amâncio de Carvalho.⁶²

O interesse aqui, especificamente, não é narrar a história de Jacinta ou de Amâncio, ainda que ambas sejam dignas de atenção. Interessa agora pensar em como a existência de ambos sujeitos, Jacinta e Amâncio, implicaram na vida e no trabalho de Frederico, servidor público, ativista no associativismo negro, jornalista da imprensa negra e líder comunitário. Daqui em diante, considera-se este também um exercício imaginativo, assemelhando-se a metodologias utilizadas na produção de narrativas históricas que incorporam o exercício da imaginação controlada como um campo possível de complementação investigativa.⁶³ Ou ainda, nas palavras do mestre Carlo Ginzburg: “Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos.”⁶⁴

Frederico Baptista de Souza um jovem moço negro, vindo do interior, com as melhores indicações de seus padrinhos e professores foi empregado como guarda na maior instituição do Direito, se não do país, certamente do estado. Seu trabalho era fazer rondas nos corredores do velho convento travestido de faculdade. Não se sabe ao certo se o seu turno era diurno ou noturno, mas em 19 anos de serviço ambas as variantes são críveis. O rapaz alto carregava as chaves da instituição e verificava os acessos e os compartimentos do prédio. No primeiro andar, atrás da porta de número sete, jazia em uma caixa de madeira —que alguns memorialistas mais românticos diziam ser uma cúpula de vidro— o corpo de uma moça negra.⁶⁵ Seus cabelos escuros depositados nos ombros, em outros momentos serviam de gancho para que seu vulto ficasse dependurado, e assim, facilitasse a análise que os estudantes teriam de fazer a partir da observação do cadáver. Pode-se ironicamente chamar isso de imposições da ciência da época.⁶⁶

62 A matéria de Daniel Salomão Roque e Suzane Jardim gerou uma série de reportagens sobre o tema, e os alunos da universidade passaram a pressionar a direção da Faculdade do Largo São Francisco para que as homenagens a Amâncio de Carvalho fossem retiradas da universidade. ROQUE, Daniel Salomão. Como a principal faculdade de direito do país violou o corpo de uma mulher negra por 30 anos. Especial para a Ponte. **Ponte Jornalismo**. Disponível em: <https://ponte.org/principal-faculdade-direito-pais-usp-sao-francisco-violou-corpo-mulher-negra-30-anos-jacinta/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

63 Ver, entre outros: DAVIS, Natalie Zamon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica do discurso. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 39-63. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13-28. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 16-28. DAVIS, Natalie Zamon. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-14. Ver também: HARTMAN, Saidiya V. **Wayward lives, beautiful experiments**: intimate histories of riotous black girls, troublesome women, and queer radicals. New York: W.W. Norton & Company, 2020.

64 GINZBURG, Carlo. **Mitos emblemas sinais morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 169.

65 MIRANDA, Veiga. **A serpente que dança**. São Paulo: Nova Era, 1924. LEITE. **Escritos à pena**: galeria de homens de minha admiração. p. 26.

66 KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Zoológicos humanos**: gente em exibição na era do imperialismo. Campinas: Editor da Universidade Estadual de Campinas, 2020. Ver também: CRAIS, Clifton C.; SCULLY, Pamela. **Sara Baartman and the Hottentot Venus**: a ghost story and a biography. Princeton: Princeton Univ. Press, 2009.

Figura 1 – Jacinta no caixão

Fonte: **Diário Nacional**, 6 jul. 1929.

Frederico deve ter notado os longos dedos das mãos de Jacinta, quando repousavam em seu colo no fim do dia, depois de ter sido minuciosamente explorada pela estudantada. Mas também, narraram muitos estudantes, ainda depois de morta, as mãos da jovem mulher seguraram velas, que eram colocadas entre seus dedos para assustar e entreter os filhos da elite cafeeira que circulavam por ali. As travessuras com o pobre cadáver eram constantes e usualmente feitas à noite, quando os espíritos dos vivos dormiam na fria capital paulista, exceto aqueles que trabalhavam como guarda, conferindo portas e corredores. Na madrugada, ou no raiar do dia, Frederico se deparava com o cadáver da jovem “nas posições mais estranhas, inventadas pelos espíritos de seus algozes”.⁶⁷ Por vezes, ele encontrou o corpo da garota negra inapropriadamente usando um chapéu, como relatam as anedotas estudantis. Situações chamadas de risíveis para a comunidade escolar, mas que dificilmente causariam riso no “severo” jornalista da imprensa negra Frederico Baptista de Souza. Houve uma feita em que alguns alunos, mais ousados que o usual, raptaram o cadáver da FD. No lugar dela, eles deixaram uma “carta de amor” dirigida a um aluno negro da instituição. Fizeram implicações de que por serem ambos negros, o aluno e Jacinta, eram amantes, explicitando o que na época se chamava de “preconceitos de cor” sem constrições. Muito provavelmente, Frederico foi quem primeiro testemunhou o desaparecimento do cadáver, e foi também quem recebeu a sinistra e racista missiva dos estudantes brancos.⁶⁸

Frederico presenciou muitos dos abusos impostos ao corpo dessa jovem mulher. Dos 29 anos que o cadáver de Jacinta permaneceu decompondo contidamente nas arcadas, por 19 deles, Frederico lhe fez a ronda. Verificava se o corpo da moça não havia sido roubado, se os membros não estavam quebrados ou danificados, se não lhe faltavam roupas, ou se

67 FOI ENTERRADA a múmia da Faculdade: o seu passado e... cousas da academia. **Diário Nacional**, 6 jul. 1929.

68 Idem. A MÚMIA da Faculdade de Direito: A estudantada de 1900. **Diário Nacional**, p. 5, 1928.

lhe sobravam acessórios. E, depois dessas averiguações humilhantes, o guarda voltava para o seu lar, junto de sua esposa e filhas, também elas jovens mulheres negras de pele escura. Jacinta foi uma mulher negra tanto quanto foi Silvéria, a mãe de Frederico. Silvéria foi uma mulher escravizada que não teve oportunidade de criar o próprio filho porque, entre outras violências, tinha pouca primazia sobre seu próprio corpo. Não sabemos se Jacinta foi escrava, mas, certamente, ela não deixou registro consentindo que seu cadáver virasse motivo de gozação.

Frederico escreveu sobre Jacinta em um artigo publicado pelo *Clarim da Alvorada*, quando seu cadáver foi finalmente enterrado, em 1929.⁶⁹ Ele não foi o único jornalista da imprensa negra a manifestar o desejo de homenagear a mulher por trás da “mumificação”. No jornal *Progresso*, sob o nome de Raymunda, um de seus codinomes atribuídos depois de morta, seu enterro também foi comentado.⁷⁰ A história de Jacinta vai longe: ela virou fantasma, apelido de jogador de basquete, romance e, principalmente, piada para os racistas ávidos por recreação.⁷¹ Jacinta também balançou as fortes estruturas da FD, em pleno 2023.⁷² De acordo com Frederico, Jacinta tinha sido uma patrícia de cor, que merecia ser respeitada como todas as mulheres negras.⁷³

Frederico não citou o nome de Amâncio no texto de 1929, em que falava do sepultamento de Jacinta, e também não o fez no artigo de 1919 de *A Liberdade*, em que celebrava o novo cargo. É possível que tenha sido um capricho da história o fato de Frederico ter sido promovido exatamente pelo mesmo médico que embalsamou e expôs o corpo da famigerada moça. Afinal, o cargo de diretor tinha sido dado a Amâncio apenas para que ele cumprisse a função enquanto não se efetivava outra pessoa para esta posição. E, antes de qualquer especulação mais inventiva, nada faz crer que Frederico tenha sido alvo de uma atenção especial por parte do higienista, em troca de silêncio ou complacência. A ficha de trabalho de Frederico afirma que ele “não foi comissionado, nem executou serviços especiais, não foi elogiado nem sofreu qualquer penalidade” [sic]⁷⁴ em 43 anos de trabalho. Isso revela que é muito possível que o talento de Frederico tenha demorado a ser reconhecido apenas pelo retardamento em vagar uma posição que contemplasse suas qualidades acadêmicas e culturais.

Janaina Damaceno Gomes escreveu uma tese sobre a obra da socióloga e psicanalista Virgínia Leone Bicudo (1910-2003), em que questionou, em se tratando de mulheres negras: “Quais os constrangimentos sistêmicos que cunharam tais trajetórias e

69 SOUZA, Frederico Baptista de. A Jacintha – Especial para “O Clarim”. *O Clarim d’Alvorada*, 14 jul. 1929.

70 RAYMUNDA: Em homenagem aos pretos de S. Paulo, o Dr. J. Pires do Rio, prefeito da Capital, concedeu à múmia da Faculdade, sepultura perpétua, no Cemitério S. Paulo. *Progresso*, 23 jul. 1929.

71 *Diário Nacional*, 25 jul. 1928. *Diário Nacional*, 12 jan. 1932. *Diário Nacional*, 17 jan. 1931.

72 LETICIA LÉ. **Caiu um racista**: Amâncio de Carvalho não mais será homenageado pela Faculdade de Direito da USP. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/04/01/caiu-um-racista-amancio-de-carvalho-nao-mais-sera-homenageado-pela-faculdade-de-direito-da-usp/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

73 SOUZA, Frederico Baptista de. A Jacintha – Especial para “O Clarim”. *O Clarim d’Alvorada*, 14 jul. 1929.

74 Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza.

proporcionaram uma memória diferenciada lá e cá sobre a produção intelectual de mulheres negras.”⁷⁵ Tanto Virgínia como seu pai, Theófilo Júlio Bicudo, foram funcionários públicos. Ele atuou como carteiro e gerente em uma agência dos Correios, e a filha foi professora e educadora sanitária.⁷⁶ O questionamento de Damaceno Gomes faz pensar, no que tange à vida do funcionário público Frederico Baptista de Souza, que tais constrangimentos sistêmicos podiam sequestrar a memória da existência de indivíduos negros em cargos públicos e, sobretudo, emudecer as vozes dessas pessoas em seus espaços de trabalho.

Mesmo que Frederico não tenha sido diretamente forçado a não comentar sobre os abusos performados pela “experiência científica”, ou avaliar suas opiniões sobre o profissionalismo de Amâncio, certamente, coexistir no mesmo lugar que os restos mortais de Jacinta, tinha implicações diretas em seu cotidiano como funcionário público. O silêncio sobre o nome do homem que lhe rendeu promoção e que, em último caso, fez de uma mulher negra chacota em mãos de estudantes brancos da FD, provê reflexões importantes sobre as possibilidades dos constrangimentos sistêmicos vividos por indivíduos negros dentro de instituições públicas, logo após a abolição da escravidão no Brasil. Da mesma maneira, a manutenção da sobrevivência, o medo da dispensa e a ameaça da penúria podem ter calado a pena de jornalistas negros em busca de acomodações de raça e de gênero durante o século xx na cidade de São Paulo.

Recebido em: 16/07/2023

Aprovado em: 16/11/2023

75 GOMES, Janaina Damaceno. **Os segredos de Virgínia**: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. p. 38.

76 Ibidem, p. 48-52.